

Experiências de perda e ressignificação da moradia: sobre sofrimento social de mulheres macapaenses no contexto de uma tragédia urbana

Roberta Scheibe

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Leonardo Damasceno de Sá

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Introdução

Este artigo descreve e analisa a situação social de mulheres cujo lugar de moradia foi atingido por um incêndio de proporções trágicas, que assolou vidas e laços sociais, no bairro Perpétuo Socorro, na cidade de Macapá-AP. A partir das práticas narrativas destas mulheres – que tiveram que ressignificar suas trajetórias de vida nesse contexto de destruição de vínculos de relações sociais, justamente os que garantiam as condições da própria narrativa de suas

vidas compartilhadas nas redes familiares, vicinais e cidadinas – busca-se elaborar, numa perspectiva etnobiográfica inspirada em Gonçalves, Marques e Cardoso (2012), uma interpretação sobre como o evento crítico em questão exigiu das mulheres um exercício de reconstrução de si. Este esforço reativou a capacidade de criar um novo contexto de ação sociocultural para si mesmas (DAS, 1995). Nesse processo, houve deslocamentos das mulheres e suas famílias no tecido urbano para novos lugares de moradia, mas não sem terem experienciado formas diversas de perda, dor e sofrimento social, com muitas instabilidades e incertezas. Fatos e circunstâncias que atacam o senso de reconhecimento social que já era anteriormente marcado pelos estigmas dirigidos contra áreas de moradia popular.

Ocorrido em outubro de 2013, o incêndio fez nascer, no universo das mulheres, refletido neste texto, o desejo de elaborar novos percursos e de buscar a reconstrução de um cotidiano significativo. O anseio passou a ser a reterritorialização das expectativas de vida; uma vez que foram perdidos os sentidos de vidas partilhadas há décadas em um mesmo lugar de moradia popular. Baseado em trabalho de campo realizado de 2013 até início de 2016, o texto propõe uma reflexão sobre as práticas socioculturais e as condições existenciais implicadas na reconfiguração do cotidiano de quatro mulheres, cujos nomes fictícios, escolhidos por elas, para lhes preservar a memória do sofrimento, são Maria de Jesus, Fernandes, Vitória e Maria. Todas vivenciaram violências difusas ao longo da vida e têm em comum o incêndio acidental de suas residências como ponto de partida para uma saga de reconstrução das formas da experiência subjetiva no contexto de suas relações sociais tanto das redes de parentesco, familiares e vicinais, quanto das relações com o campo governamental do Estado e das arenas públicas de luta por reconhecimento com ele tecidas, o que as envolve com a difícil tarefa da construção da cidadania em situações de subalternidade, impostas, inclusive, do ponto de vista das segregações socioespaciais que envolvem o lugar de moradia.

As novas formas da segregação espacial a que nossas interlocutoras são submetidas após o incêndio não são apenas marcadas, como propõe Irllys Barreira (2010), pelas desigualdades num sentido estrutural, pois estas se inserem no âmbito dos conflitos simbólicos, que põem em questão as rearticulações entre lugares de pertencimento e memórias a eles associados. No caso específico do nosso estudo, as conexões entre lugar de moradia na ordem simbólica da cidade e memórias compartilhadas de pertencimentos sociais estão atreladas a um tipo de conhecer pelo sofrimento que envolve violência sofrida que foi calada (DAS, 1999). A dimensão global da configuração socioespacial da cidade do Macapá afeta a vida dessas mulheres de modo entrecruzado com o local, mediado pela história local do bairro em que viviam antes do incêndio e que orientava a construção complexa entre efeitos das interações sociais, memória do lugar de moradia, redes familiares e expectativas de cidadania, conforme as sugestões metodológicas de Maurice Godelier (1993) nos fizeram perceber.

O novo lugar de moradia se desloca em torno de 15 km em relação ao que foi destruído. Trata-se do conjunto habitacional Mestre Oscar Santos. Este, considerado distante das áreas centrais da cidade, inflige novas advertências e novos anseios diante dos quais as agências das mulheres são provocadas a se reinventar. O evento crítico, que lhes conferiu humilhações, sofrimentos e dores, também incentivou novos procedimentos de reflexão e a imersão em suas narrativas biográficas. As mulheres não são apenas situadas na periferia, são agentes de “um conjunto polifônico de representações nativas” (FRÚGOLI Jr., 2005, p.148), cujas narrativas possuem capacidade de constituir novos laços sociais frente às adversidades. Destarte, a argumentação deste artigo interpreta narrativas de sujeitos subjetivados (FOUCAULT, 2010), com seus agenciamentos de dores que esmagam a subjetividade, influenciando lutas que precisam ser ainda vencidas, colocando o problema da agência das mulheres no centro do debate. Mas não apenas de dores se faz a agência das mulheres, há

também sonhos, expectativas e outras miradas imaginárias com força de realização de um novo estar no mundo.

Ao refletir sobre práticas subjetivas e seus agenciamentos socioculturais, aliadas a condições existenciais engajadas na reconfiguração do cotidiano das quatro mulheres em tela, com seus contextos de relações sociais, familiares, mas também em conexão com dispositivos governamentais e de políticas públicas de moradia, o trabalho procura compreender de que modo estas mulheres se colocam como sujeitos subjetivados e como a realidade sociocultural do novo lugar de moradia das interlocutoras, o conjunto habitacional Mestre Oscar Santos, é apreendido pela experiência e pelo testemunho destas pessoas-personagens que constroem narrativas como práticas de si (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012).

O conjunto habitacional Mestre Oscar Santos é um lugar de canções, pois leva o nome de Mestre Oscar Santos, maestro paraense que dedicou a sua vida à música no Amapá. Na entrada do conjunto há uma escultura em tamanho real do Mestre Oscar. Todas as ruas e alamedas do conjunto têm nomes de músicas de cantores da Música Popular Amapaense (MPA). Nas esquinas, cada rua recebe uma placa, com trechos de músicas e partituras. Partituras também estão desenhadas pelas ruas e alamedas asfaltadas do conjunto habitacional.

Marias que lavam a esperança perdida e lavarão o que ainda vier¹

A vida cotidiana é paradoxal. De um lado, é constituída pela força inercial dos hábitos e pelas resistências do mundo social objetivado às

¹ A frase é oriunda da canção Igarapé das Mulheres do cantor e compositor amapaense Osmar Junior (1992), que estudou música com Oscar Santos, maestro que dá nome ao conjunto habitacional localizado no bairro Ipê. A canção Igarapé das Mulheres – que dá nome a uma das alamedas do conjunto – é muito conhecida no Amapá por contar a história do lugar de mesmo nome, que se localizava no Rio Amazonas, na orla do bairro Perpétuo Socorro – o antigo lugar de moradia das interlocutoras do trabalho – onde as mulheres lavavam roupas no rio.

mudanças. De outro, o cotidiano é a própria profundidade da vida e o sentido para a existência nele enraizado. É o mundo da vida, portanto, um cotidiano que se faz entre enigmas e revelações (PAIS, 2003). O senso narrativo de Maria de Jesus, Fernandes, Vitória e Maria, interlocutoras e personagens, são os respiros deste trabalho e resultam em experiências e testemunhos das suas subjetividades e de seus corpos. O ponto em comum entre estas quatro mulheres são tragédias e canções. O que as liga é a dor da perda de suas casas, a partir do evento crítico (DAS, 1995) que incendiou 250 grandes moradias na Baixada Perpétuo Socorro, uma área de ressaca habitada² situada no bairro de mesmo nome em Macapá, capital do Amapá.

Ali viviam famílias em casas sobre a água, em palafitas de madeiras rudes, num lugar sem saneamento básico e considerado impróprio para moradia. Em uma mesma casa, chegavam a morar dezesseis pessoas, com dois ou três núcleos familiares. Uma casa era, na verdade, até três casas, com o “parlamento de fios” (INGOLD, 2012) dos puxadinhos, que se criavam e se reinventavam em novos quartos, diferentes salas e espaços que geravam vida, nova roupagem e sentido de tempos no tempo social da comunidade local e da cidade.

O incêndio – a tragédia – foi acidental, e estas famílias submeteram-se a abrigos ofertados pelo governo e ao acolhimento em casas de parentes até o recebimento de R\$350,00 de aluguel social por pequeno núcleo familiar³, para que encontrassem nova moradia por um período. Posteriormente, com prazo inicial estipulado em seis meses de espera, receberiam suas casas próprias em

² Área de ressaca são espécies de mangues ou banhados, localizados em áreas centrais de Macapá, que influenciam na geografia das águas do Amapá e são áreas de proteção ambiental. No entanto, na década de 1960, iniciou-se o povoamento irregular destes lugares. Moradores precarizados passaram a construir casas sobre as águas, na arquitetura das palafitas, muito comuns no norte do Brasil.

³ Nas casas da Baixada Perpétuo Socorro moravam dois ou três núcleos familiares em uma única casa: pais, filhos, netos e até bisnetos. Com o aluguel social, cada núcleo (pais e filhos pequenos) recebia o valor do auxílio. Justamente em função das extensas famílias, moradores afirmam que as 250 casas totalizavam mais de 500, em função dos “puxadinhos”. Por isso os órgãos governamentais doaram 502 residências.

três condomínios habitacionais da cidade: Mestre Oscar Santos (100 moradias), Macapaba I (80 moradias), Macapaba II (182 moradias) e São José (140 moradias). No entanto, em junho de 2017, 182 famílias ainda aguardam suas casas no conjunto habitacional Macapaba II – com estimativa da finalização das obras para dezembro de 2017 – e permanecem presas às cinzas de memória de um lugar agora desconstruído. Resistem habitando em lugares insalubres, perto do antigo local de residência. A baixada foi o lugar de vidas que se cruzaram e ali se consolidaram. Mas o incêndio foi o ponto de partida de experiências interceptadas e sentidas como formas de desrealização social, como pequenas misérias do mundo social (BOURDIEU, 2008). De dores lembradas e revividas. De vidas e cotidianos que precisam, de todos os modos, se reconstruir.

Músicas são outro ponto em comum entre as mulheres. Canções que marcam uma vida de baixada, e uma nova vida de conjunto. “O tempo leva tudo/ O tempo leva a vida/ Lá fora as margaridas fazem cor”⁴ (JUNIOR, 1992). As noites de brega da baixada foram tomadas por noites escuras, longe de quem se ama, distantes do antigo local de moradia; noites quentes acalentadas pela música popular amapaense que teima em tatuar a vida no conjunto habitacional. “Eu lembro a alegria,/ boiar naquelas águas/ E ver as lavadeiras lavando a dor”. O caminho destas mulheres, de passagem neste mundão de Deus, como elas o expressam simbolicamente, é margeado pelo maior rio do mundo, o Amazonas, testemunha ocular de pequenas alegrias e dores em forma de buracos negros. Pois ao rio é atribuído, de um modo mágico, a capacidade de agir como sujeito. “E lavavam a minha esperança perdida,/ de crescer lá no igarapé/ E lavavam o medo que tinha da vida/ E agora o meu medo o que é? (...)”. Dentro da casa nova no conjunto, elas se olham e se calam. Depois acostumam, mas um acostumar cheio de incômodos silêncios. E agenciam no

⁴ Todas as frases entre aspas, neste parágrafo, são extraídas da canção “Igarapé das Mulheres” do cantor e compositor amapaense Osmar Junior, composta e lançada em 1992, em álbum intitulado Revoada.

tempo as dores, as alegrias, os amores, os infortúnios. Constroem novas subjetividades em si e atribuem novas formas de sujeito aos seus parentes: “E lavavam a minha paixão corrompida/ As mulheres do igarapé/ As Joanas, Marias, Creusas, Margaridas,/ Lavarão o que ainda vier”.

Parece vida de cinema, devido ao caráter ficcional das narrativas socioculturais: o amor e o afeto de Maria, Maria de Jesus, Fernandes e Vitória estão voltados a um lugar que não existe mais, que é um espaço simbólico, abstrato, sideral. A casa-vida da baixada, casa de palafita, onde no início também tudo era composto por dor e insatisfação, com o tempo virou amor. “Eu não me esqueço daquele lugar. Eu cheguei chorando e eu saí chorando”, frase dita e recriada inúmeras vezes por uma das Marias, a de Jesus, de quem voltaremos a falar adiante. No início, um lugar que era lodo, esgoto, se transformou em moradia pertencida, querida, espaço físico e social, espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013). Foi pela perda de parte do seu cotidiano e pelo medo do outro que elas se encontraram.

Maria de Jesus, 74 anos, Fernandes de 57 anos, Maria de 44 e Vitória de 42. Todas têm o sofrimento social marcado expressivamente no rosto. Mãos suadas, calejadas, apertando seus pertences nos abrigos da cidade e nas filas da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SEMAST). Ninguém tinha mais nada, em sentido material, após o incêndio. Salvaram poucas coisas pessoais. Sentiam-se “um ninguém, um nada”. E, dali, do desespero, brotavam novas narrativas, criadas, recriadas, cujos sentimentos novos e discrepantes apareciam e reapareciam. Elas se desconstruíram e teceram um novo cotidiano, trazendo sempre como cicatriz as violências sofridas ao longo da vida. O tempo buliu com elas. E só os seus agenciamentos no tempo são capazes de incitar o futuro. Um futuro que amenize lembranças das dores de outrora, que ressurgem a cada nova tragédia pessoal e familiar. Dores de abandono, dores de trabalho infantil. Dores de mães, dores de perdas de pessoas amadas. Dores revividas no conjunto habitacional como um violino cismado em estragar o *tecnomelody* da baixada, esse subgênero da música

brega, tão relevante para a constituição da sensibilidade cultural das pessoas das camadas populares, à semelhança do que Roberto Marques (2014) discute e analisa como produção de diferença na cena do forró eletrônico, reinventando o nordeste contemporâneo. E, na nova casa, novas partituras surgem para dar outro sentido a muitos cotidianos, os atuais e os que permanecem como virtualidades minoritárias (GOLDMAN, 1999).

Maria de Jesus, a mais velha de nossas interlocutoras, mora na última alameda do conjunto, a contar da primeira, das três entradas do conjunto, de quem vem do centro da cidade. Ou pode ser a primeira alameda, dependendo do ponto de vista. A primeira alameda para quem tem como vista o horizonte. “Aqui, esta vista é maravilhosa, vejo este descampado. No futuro isso aqui vai ser tudo prédio”, diz dona Maria de Jesus, de braços abertos para o amanhã em sua imaginação, encenando para si e para sua família prospecções de um futuro melhor. “Abençoou quem parte quem chega/ na beira do rio o vento norte/ Assanha os cabelos de quem passeia” (BEBETO NANDES, 2005). Esta é a letra da alameda Minha Cidade, da nova casa desta matriarca, mas que lembra com louvor o antigo lugar de afetos.

Maria de Jesus nasceu no Afuá, ilha do Pará, a oito horas de barco de Macapá. Lá viveu, brincou, cresceu, casou, teve seis filhos, foi parteira. “Fiz muito parto... uma vez... menina, eu tava numa festa e a mulher ia ter... na festa, menina”, conta orgulhosa. O ofício de parteira lhe rendeu grandes alegrias e admirações “nesta vida”. Na prática de “botar menino no mundo”, no Afuá, Maria de Jesus fez mais de “vinte e tantos partos”, número que dobra ao vir morar em Macapá. Mas o Afuá também é lugar da lembrança de um filho bebê morto por malária e da morte do primeiro marido falecido aos 35 anos, com infarto fulminante. “Foi o coração que matou ele. Um ataque”. Duas tragédias em sequência lhe fazem colocar cinco crianças em um barco e atravessar as águas do Pará ao Amapá. Aos 35 anos, ela reiniciava uma nova vida, no bairro do Muca, na casa de parentes em Macapá.

Enquanto os filhos estudavam, Maria de Jesus encontrou um novo amor e casou-se pela segunda vez. O marido lhe levou para morar na Baixada Perpétuo Socorro, um lugar de palafitas sob uma água enlameada e suja. “Quando eu vi aquilo, eu chorei, era um fedor, tudo apertado..., mas com o tempo, eu passei a amar aquele lugar”. E neste lugar de amor, Jesus teve mais cinco filhos. Para ajudar a sustentá-los, “puxava barriga de grávida, pra ir ajeitando o bebê pra nascer”, fazia partos em casa e lavava roupa “pra fora”, como ela mesma diz. “Lavava roupas pra enfermeiro, policial, eles me traziam as roupas, eu lavava e entregava elas passadinhas”. Com os passar dos anos, novas marcas de dor em sua vida. Uma de suas filhas do primeiro casamento, aos 22 anos, também morreu de problemas do coração. Anos depois, dentro da baixada, um filho seu foi assassinado pelo padrasto da namorada, num crime passionai: “E foi assim, criei todos os meus filhos, graças a Deus. Nunca se meteram em gangue, nunca se meteram em bandidagem... esse um morreu porque foi o próprio sogro dele que matou ele... Eu acho que era ciúme que ele tinha, né... ela (a namorada do filho) era enteada dele... então isso eu não sei...”. Esta é a maior dor de sua vida. E como mecanismo de autodefesa, ela praticamente não fala sobre isso, resiste a contar casos que a façam lembrar a dor.

Essa dor lancinante lhe corroeu por dentro, mas teve que se manter de pé para ajudar seus filhos em outra tragédia. Com o tempo ela se separou do segundo marido, porém continuavam amigos, se visitando e convivendo. E a dor foi grande ao saber que o ex-marido havia tomado veneno para acabar com a própria vida, arrasado com o assassinato do filho: “Aí infelizmente ele foi pra UTI e ainda ficou nove dias antes de morrer. Ele tomou veneno. Porque ele era demais apegado nesse filho que morreu”.

A memória de Maria de Jesus passeia por todos os labirintos de amores e dores. Ela cria, recria e resignifica fatos que lhe são simbólicos de uma vida familiar, da baixada, da casa, do trabalho. E, todas as vezes em que conversamos com ela, Maria de Jesus volta a um lugar em que sua memória e

seu coração parecem estar presos: A Baixada Perpétuo Socorro. “Eu não esqueço aquele lugar”, disse ela, pela primeira vez, em uma casa alugada, depois de voltar do hospital com crise renal e de asma. O incêndio iniciou no lado oposto à casa de Maria de Jesus, e ela achava que o fogo não chegaria em sua residência. Ficava paradinha, do alto de seu um metro e meio de altura, encostada na porta e reiterando para si e para quem quisesse ouvir: “o fogo não chegará aqui”. Mas quando viu, estava sendo carregada para fora de casa por um bombeiro. Então viu que “era sério” e pediu para que tirassem seus móveis de casa. Salvou algumas coisas, mas muitos outros pertences lhe foram furtados por pessoas que também moravam na baixada e que ela “conhecia de vista”. Ela narra: “Eu sempre gostei dali (Baixada Perpétuo Socorro), não esqueço aquele lugar. Tô saindo dali, mas eu não esqueço esse lugar... Eu fico com saudade do lugar, saudade da minha casa, saudade do meu quarto”. Depois de perder quase tudo, Maria de Jesus recomeçou, mais uma vez: morou alugado, esperneou até conseguir sua casa própria, e ajuda os filhos na melhor recompensa que uma matriarca pode lhes dar: reiteraões e reverberaões de pensamentos positivos de um futuro melhor. “Aqui vai ser muito melhor. Não quero mais saber daquela vida velha. Agora nós moramos no chão!”, ao dizer isso, ela sempre bate o pé no chão, para o riso carinhoso dos seus filhos, noras e genros que lhe veneram como a máxima autoridade da família.

A parteira tem uma identidade mutante, móvel, que se transforma de acordo com os sistemas culturais (HALL, 2006) que lhe são impostos ou necessários para absorver, num jogo de negociaões com o outro, com instituições, com a vida. Como narradora, ela encena, dramatiza, seleciona trechos fabulosos de seu discurso, argumenta, explica. Mas em alguns momentos, ao tecer comentários sobre a casa, o quarto, o lugar de moradia, ela exacerba o tamanho de sua dor, a saudade daquilo que hoje são cinzas. Mas, a partir de suas práticas discursivas, de sua relação com o tempo, Maria de Jesus inventa um mundo próprio, para si e sua família, plantado em pensamentos positivos, mundo de pertencimentos radicado em narrativas de lugares,

emoções, anseios, devaneios, frustrações e desejos. Ela luta em cada lugar por onde passa, inventando mil vezes, se necessário, o seu cotidiano, tal é a expressão de sua pertinácia.

Fernandes, a segunda interlocutora mais velha, reside na alameda Pedra Negra, nome oriundo da canção do Grupo Pilão, composta por Fernando Canto. “Acima um sol quente/ o céu que me lambe” (CANTO, 1975). Música inventiva, poética, como as falas de Fernandes. Uma casa no Oscar Santos era tudo o que ela queria e precisava: “eu só quero a minha casinha... porque lá eu vou ser o rei”, sempre dizia Fernandes. Primeiro, deitada nos colchões finos do abrigo Avertino Ramos, depois, morando em um lugar insalubre, e mais tarde, residindo “de favor” na casa da irmã. Foi a última das interlocutoras a ingressar no conjunto habitacional. “Só você sabe o que eu passei pra conseguir minha casa”, dizia Fernandes.

A alegria da vida desta senhora, mãe de quatro filhos, são práticas de discurso, falar, discorrer, revelar as suas opiniões sobre diferentes fatos da vida local e do Brasil, especialmente sobre a temática “política”. O problema é que nem sempre ela encontra alguém disposto a escutá-la. Fernandes também passou por “poucas e boas”, teve uma infância pobre, casou-se cedo, não conseguia engravidar, “fiz tratamento e aí eles vieram tudo em escadinha. E foi bem nesse período que tinha um escândalo de pílula de farinha, e eu tomei essa daí”, fala, querendo justificar a sequência de quatro filhos, com um ano de diferença de um para o outro. Depois, separou-se do marido, trabalhou anos no setor de limpeza do principal hospital de Macapá, estudou até terminar o Ensino Médio. Então, caiu da escada de sua casa – na baixada a maioria das casas eram de dois pisos – e quebrou perna, braço e bacia; e nunca mais pode trabalhar. Ficou “encostada”. Hoje, além de sentir dores nestes membros do corpo, tem catarata. Já foi operada de um olho, e há mais de três, espera fazer a operação de outro olho pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Para ela, foi uma dor terrível perder sua casa na baixada. Uma casa grande, com todos os eletrodomésticos. Só restou a Fernandes uma sacola preta, com roupas doadas.

Mas há duas dores que a laceram mais: dor de amor e de solidão. Não necessariamente nesta ordem. As narrativas dela se entremeiam e exploram tal ambivalência do existir.

Há alguns anos, Fernandes conheceu Hipólito, seu segundo marido. A quem, de acordo com ela e seu modo enfático de falar, “amou, amou, amou” e “ensinou tudo”. Ensinou a falar, comer “com modos” e a trabalhar. Mas descobriu que Hipólito estava lhe usando. Ouviu ele dizer a um irmão que estava só “passando um tempo” com ela. Aquilo arrasou o coração de Fernandes: “ah, aquilo me doeu por dentro”. Fernandes então, para testar seu amor, deu poder a ele: arrumou-lhe um emprego, e em pouco tempo, o amado Hipólito tinha outra mulher. “Eu me virei e fiz dele fiscal da fazenda em dois dias... sabe que fiscal da fazenda ganha dois salários. Mana, quando ele se viu com esse dinheiro... ele já sabia ler, já sabia escrever, fazer conta, tudo... A primeira coisa que ele fez foi arrumar uma mulher pra lá pro interior. Mas também... eu chorei por dentro e engoli”, conta. E, neste dia, ela “chorou, chorou, chorou”, e nunca mais “amou, amou, amou”. Fernandes incorporou um cuidado de si (FOUCAULT, 2010) por meio do qual a forma de subjetivação passou a condená-la a agir com “a cabeça”, ou ainda, como ela diz, com o “cérebro”, corruptela de cérebro, e adotou a postura de resistir ao amor, mesmo que lá no fundo de si ela ainda almeje este afeto. A partir deste dia, Fernandes criou uma proteção para si, colocando-se num caixinha aparentemente intocável, onde só permite que vejam a encenação da própria vida. E, depois que Fernandes deu poder a Hipólito, ele voltou querendo seus braços, arrependido. “Com cinco anos ele apareceu, parece um mendigo!” Fernandes, ao amor, tornou-se aparentemente indiferente, porque hoje o amor representa para ela a traição, a dor, o sentimento ainda não superado de descarte. O amor, para Fernandes, é negócio; não sentimento. Ela amofinou para o amor, numa prática de afinidade consigo e com o outro, o que passa por suas retóricas sobre si mesma e sua condição existencial, afinal, a subjetivação passa por estratégias retóricas com a qual se habita uma matriz cultural com suas diglossias e

heteroglossias (HERZFELD, 1987), bem como com suas sociopoéticas (HERZFELD, 1985). Noções que nos inspiram a ressaltar a dimensão enfática das falas de nossas interlocutoras na construção do sentido de seus pertencimentos.

Enquanto aparentemente Fernandes não amava mais, na Baixada Perpétuo Socorro, ela vivia uma vida de cafés da tarde, passeios com amigos, feijoada e cerveja aos domingos. “Sou independente, ninguém me segura. Rasgo para onde eu quiser com meus amigos, tomar uma geladinha”. No entanto, depois de migrar ao seu lugar de desejos, o conjunto habitacional, a vida de cafés, amigos, balneários e passeios se esvaeceu: “Aqui é muito longe. Ninguém tem como vir me pegar (mesmo que para ir ao Curiaú – onde passeava antes com os amigos – se passe pela BR, cuja lateral é o conjunto Oscar Santos). Minhas amigas não vêm aqui. Aqui é tudo longe. É bem melhor que lá (a casa) ... mas é tudo longe”. E o conjunto Mestre Oscar Santos passou a lhe ser sinônimo de solidão, sofrendo pelo distanciamento e abandono social que lhe foi imposto pela condição de moradia. Agora o objeto de sonho é uma casa “em outro bairro”, ou “no Centro”. Enquanto o modo de investimento ainda é desejo, seu presente é de dor pela solidão, por não lhe visitarem, não lhe ligarem. Ela, como não enxerga bem, não consegue pegar ônibus e a filha trabalha o dia inteiro. Em épocas de dificuldades financeiras dos filhos, eles enviam as netas de Fernandes para morar com ela. E aí, do seu jeito, falando e gesticulando – “Amandinha! Já não lhe disse para parar de comer bolacha?! Daqui a pouco vou fritar a galinha!” –, ela parece exercitar o mais intenso modo de amar, mesmo se negando a este sentimento. E quando os netos estão na aula ou brincando na vizinhança, resta-lhe assistir televisão e algumas vezes reunir-se à família de Maria de Jesus, a quem dedica muito carinho e apreço social.

As práticas cotidianas do café da tarde, que antes envolviam a família toda residente na baixada, com fartura de pães feitos na hora, macaxeira cozida, café preto e muita conversa, agora, em função da falta de companhia e

de padarias e supermercados perto de casa, se resumem a biscoito e café preto. Sozinha ou, algumas vezes, com as netas. O abandono social e a solidão mostram um vazio no modo de afeto de sua subjetividade, que acabam sendo sufocados nas práticas cotidianas de representação simbólica e de performance que envolve o corpo e as práticas verbais. Percebemos isso ao observarmos as atitudes discursivas em tecer comentários sobre cenários políticos, assunto que entende e é muito admirada por isso, sobre construções narrativas sobre seu passado, e também discursos repletos de silêncios, olhares e gestos. A luta contra a solidão e o abandono social tomam corpo na erisipela cada vez mais grave, no ganho de peso, nas constantes dores de cabeça.

Pessoas em zonas de abandono social, para recorrer a uma categoria analítica elaborada por João Biehl (2005) em outro contexto, ajudam-nos a pensar a condição das mulheres que em períodos consideráveis da vida são marcadas por formas de desrealização social, deixando suas marcas na produção social da corporalidade delas. Aliás, o ganho de peso foi constante na casa nova do conjunto habitacional. “Oh, tô gorda, mulher”, dissera-nos uma vez Maria, a outra Maria, agente de saúde. Lá, como era tudo distante, as famílias não saiam mais para passear, como ocorria na morada no bairro central da cidade, o Perpétuo Socorro. Além do mais, segundo as interlocutoras, descontava-se “a ansiedade na comida”. Querer ser alguém na vida é uma expectativa social que atravessa o universo intersubjetivo das redes de mulheres com as quais estamos dialogando neste trabalho.

Maria é amapaense, “nascida e criada, graças a Deus”, como ela diz. É casada a vida toda, há mais de 20 anos, com Décio, que tem “o dom da marcenaria”. Tem três filhos e uma neta. No conjunto habitacional mora na rua principal, a Sentinela Nortente. “O sol brilha forte no horizonte/ No fim do Brasil.../ E clareei nossa condição/ Nossa miscigenação” (CAVALCANTE, 1989). Mas era na miscigenação de sua casa, na Baixada Perpétuo Socorro, a sensação de pertencimento. Ali havia vínculos com família, instituições, amigos, vizinhos. Suas práticas cotidianas envolviam fazer cafés da tarde para

as crianças pobres da vizinhança, ir e vir do posto de saúde onde trabalhava, fazer pequenos trajetos entre casa, supermercado, padaria e igreja Universal, sempre acompanhada da neta. Neste período, seu último filho, Decinho, ainda não havia nascido. Ela foi “parar na baixada” porque sua mãe faleceu, seu pai caiu de moto e “ficou perturbado da cabeça”, então vendeu a “casona linda que o governador Barcellos deu pra mamãe no bairro do Perpétuo Socorro”⁵. Com o dinheiro, ele comprou um barco para si, e duas pequenas casas em áreas de ressaca, uma para cada filha. Maria e a irmã moravam uma defronte à outra.

Nesse ínterim, Maria conheceu Décio que, para seu orgulho, era louco por ela. “Mas eu não queria nada com ele, trabalhava de doméstica. Queria era estar solteira, bebendo, fumando, saindo com outros homens”. Décio investiu seu amor; casou-se com Maria. “Mas eu era muito péssima. Eu traía ele, eu bebia, queria só saber de festas”. E Décio – que não bebia – começou a beber e a bater em Maria. “Eu apanhei muito. Apanhava!”. O marido passava o dia bebendo, ouvindo som muito alto e, volta e meia, espancando Maria. “Mas depois eu me converti, faz mais de dez anos já, e graças a Deus eu parei de apanhar. Aprendi que tenho que cuidar de minha família”. Segundo ela, nunca mais bebeu, fumou, traiu, saiu para festas. Nem o marido a espancou ou traiu mais. “Agora estou na luta para que ele deixe de beber”, conta.

Maria elucida o fato de que, para sua família, ainda permanece a ordem social e cultural vigente da mulher como objeto, como uma subalterna no contexto da dominação masculina; uma vez que no âmbito de suas relações sociais e familiares, bem como em valores morais impostos e introjetados nesse universo de dominação, a mulher teria o dever de servir ao marido e tomar conta da casa. E mulheres que têm outras noções de valores morais, como a individualidade e liberdade (de beber, fumar e não querer casar, ter vários parceiros...), são descartadas como imorais, um mecanismo clássico de reprodução da desigualdade de gênero; e que continua impulsionada por

⁵ Barcellos foi o primeiro governador a distribuir casas populares, na década de 40 em Macapá.

introjeções moralistas feitas nos ambientes religiosos, uma vez que para Maria, ao “tornar-se evangélica”, sua vida “muda”, ela aprende a ser família. Ela abraça valores morais impostos e fomentados por estes lugares, que lhe incutem o pensamento de que agora, ao “aceitar Jesus”, é uma pessoa “melhor, que cuida de sua família”. Mas é provável que Maria possa ter trancafiado em algum recinto inóspito de sua subjetividade os anseios de uma vida de práticas que antes apreciava e se ponderava livre.

Quando as agressões cessaram, Maria viveu outra trama em sua vida. Ela tinha um pequeno comércio em casa, uma lojinha de roupas chamada Pedacinho do Céu, um grande orgulho para ela. Mas “tudo perdeu a importância para mim depois do acontecido... tudo me lembrava aquilo”. Uma certa noite, o marido da irmã, “um bêbado”, chegou em casa e começou a espancar a irmã, como muitas outras vezes já havia feito. Eles todos saíram correndo para acudir a irmã de Maria. Seu filho Pierre, então com 17 anos, correu para ajudar. O homem estava no chão batendo na tia dele. Pierre pegou a primeira coisa que encontrou na frente, um pedaço de madeira, e bateu no homem. Por infelicidade acertou-o na cabeça. A paulada o matou na hora. “Ele salvou minha irmã, mas matou o homem. Tive que entregar ele pra polícia, porque senão a família do homem iria matar Pierre”. Pierre então ficou 40 dias detido para sua segurança. Era menor de idade e o crime enquadrado como legítima defesa. E desde então, Maria perdeu seu filho para o ambiente: “eu perdi meu filho para aquele lugar... quando eu vi, eu não tinha mais controle sobre o meu filho, e ele já estava convivendo com más companhias”. Aos 18 anos Pierre foi preso por tráfico de drogas.

Maria então dividia suas tragédias pessoais entre chorar suas dores na igreja e visitas ao filho na prisão, onde sentia-se violentada a cada ida ao presídio, “de levar a comida com todo o cuidado e eles quebravam toda a comida da gente. Mandam a gente se abaixar... eu sou gorda, né... tenho que levantar seio, abrir boca... É constrangedor a penitenciária”. Ela relata que ia para a igreja deixar toda a sua tristeza: “e eu ia pra igreja e orava... todo o

domingo era a visita. Eu ia pra igreja e aliviava minha alma. Chorava muito na igreja. Vinha leve (da igreja), mas quando eu voltava de lá (penitenciária) eu vinha pesada, porque era muita humilhação”, diz.

Depois de quatro anos preso, Pierre saiu da prisão, em condicional. Voltou para a casa dos pais, agora no conjunto habitacional. Um dia saiu pelo conjunto para procurar emprego, e algum vizinho denunciou Pierre, dizendo que ele havia “fugido da cadeia”. Ele tem a violência tatuada no corpo e na alma. Maria também: “Olha... quando eu vi, o Bope⁶ não chegou mana? Deu-lhe um soco na boca dele, rachou a boca dele. Eu fui lá com o papel, só que já tinham dado um soco nele. Eu falei ‘não, ele não tá foragido, olha aqui o papel dele’, aí olharam tudinho, mas já tinham dado o soco”, conta triste.

Percebemos que Maria se sente humilhada e desonrada pela alteridade e pelo Estado: o fato do filho ter sido espancado, a forma com que foi tratada no abrigo após perder sua casa no incêndio, os sofrimentos no conjunto habitacional até a doação da casa e a sensação de aviltamento nas casas alugadas no período em que recebeu o aluguel social – muitas vezes, inclusive, o recebimento do valor lhe chegava atrasado. “Eu chorava lá (no quarto alugado)! Já pensou a minha neta, que eu amo ela? Ela ia lá brincar com as filha da mulher que tinha alugado o quarto e ela voltava chorando de lá: ‘Vovó, a mulher me enxotou de lá’... Ai! E tu não tinha pra onde ir? Tu já ‘pensasse’? Isso daí que era a pior humilhação pra mim”, diz. “Tu é doido, eu chorava lá, eu dizia ‘meu Deus, me tira daqui’”.

Sem dúvidas, para Maria, a dor da perda de sua casa lhe feriu o peito, o coração. Sempre se fazendo de “durona”, com pensamentos positivos e ajudando a vizinhança. Mas, sempre ao falar da casa, Maria voltava no tempo,

⁶ Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do estado do Amapá.

mergulhava num passado agora distante, e revivia em dor e lágrimas um período de sua vida. “Não foram dez meses, foram 20 anos ali... A minha casa quando eu vi pegar fogo... era um pedaço de mim! Parece que era uma criança que tava gritando pra mim ajudar. Agora, como é que eu vou ajudar? Como eu vou ajudar a minha casa...? (fica triste)”. Ela nunca havia desabafado assim. “Durante vinte anos que eu construí... poxa era importante pra mim a minha casa. Eu amava ela! (vai se emocionando) Todo dia eu cuidava dela. Eu amava a minha casa! São coisas importantes assim que vem... [...] as fotos. As fotos ficaram tudo... Queimaram! Tudinho!!! (olhos cheios de lágrimas)”. Tudo está em silêncio. Em outro cômodo da casa nova, a neta brinca com a gata Mía, que também sobreviveu ao fogo: “Coisas... Coisas que têm muito valor sentimental! (as lágrimas escorrem pelo rosto de Maria... mas na sua voz ela permanece firme). Não material, mas espiritual, né! As fotos dos meus fiiiilhos (Fala com carinho), a foto do meu casamento, quando eu casei... tudo queimou lá... que tem importância pra gente (enxuga as lágrimas e sorri)”. Além das palavras cortantes, as lágrimas que correm pelo rosto de Maria também expressam a intensidade da dor. É quando o corpo fala e o silêncio ressoa (DAS, 2011).

E assim, do mesmo modo que acontecia com Maria, Maria de Jesus e Fernandes, Vitória também guardava suas expiações. A vida de Vitória não é cinema, é novela, é trama... No conjunto Oscar Santos mora na alameda Pérola Azulada, nome de uma das músicas mais ouvidas e conhecidas no Amapá: “Já aprendi voar/ Dentro de você/ Ancorar no espaço ao sentir cansaço/ Ossos da Jornada” (MIGUEL; GOMES, 2002).

“Ah, se eu te contar a minha história...”. Ela nasceu em Alenquer no Pará. Teve uma infância pobre e sofrida. “Como eu disse pros meus filhos né, ‘hoje vocês acordam 10h, tem café, tem tudo’... eu não, eu criança vendia coisa na rua... cheguei a vender pamonha, cheiro verde, devia ter uns 8 anos pra 10”. Tem 7 irmãos. Quando todos eram pequenos, o pai abandonou a mãe, que precisou da colaboração de todos os filhos para o sustento da família. Os sete

filhos vendiam alguma coisa nas ruas de Alenquer. “Ixi... Cheguei a passar fome assim de não ter nada, nada o que comer. De passar o dia de fome mesmo, só água pra beber”. Vender maços de cheiro verde da horta da mãe era uma solução. Assim como a pamonha. O tom confessional utilizado nas narrativas de Vitória circunda o cuidado de si e as práticas de subjetivação. Ou seja, confessar-se é falar de si (FOUCAULT, 2010). Ela desnuda seu eu, detalha sua vida, cria e recria sua narrativa acreditando nas histórias centradas em si e nas suas práticas subjetivas. Nada nem ninguém – nem mesmo o filho querendo dinheiro para comprar pão, pois havia um senhor vendendo pão, de carro, no conjunto – era capaz de tirar Vitória de seu transe. Ela estava narrando sua trajetória, sentada em uma cadeira de balanço. Olhar para o céu azul de Macapá, embrenhada em lembranças, era olhar para o passado.

Depois da infância sofrida, o pai voltou para casa. E Vitória começou a estudar já adolescente. Com 14 anos, na primeira vez que saiu com o namorado, engravidou. Outra sina começava. Seu pai a mandou embora de casa. Sem eira nem beira, uma tia a acolheu. Seus pais não lhe dirigiam mais a palavra. Ela decidiu ter a filha. “A menina ia nascer e eu não tinha uma fralda... eu chorava”. Quando a criança nasceu, uma outra tia prometeu levar a menina para casa, em outra cidade, e assim que ela pudesse sair, iria morar com a filha e a tia: “Só que a minha tia, irmã dele (pai), disse que ia pegar ela pra criar. Quando nasceu, nasceu... e no outro dia ela foi buscar... (me olhou bem no fundo dos olhos) eu chorava demais... (a voz fica mais baixa)”. Esta narrativa de dor exala a violência brutal de arrancarem-lhe a filha. “Eu amamenteei ela só no primeiro dia. Eu chorava. Olha, a senhora acredita que até no lojo dela, onde ela alojou, eu passava a mão assim, ô meu Deus”. Quando ela enfim conseguiu chegar à casa de sua tia, “não era mais nada daquilo que tinham me prometido”, e seus tios adotaram a menina como filha deles. Vitória teria que ficar longe da filha. Sem nenhum contato.

Desesperada, sem dinheiro, sem trabalho e abandonada pelos pais, pegou um barco e foi morar em Macapá. De imediato começou a trabalhar. Sua

vida resumia-se a chorar, trabalhar, chorar, estudar. Fez muitos cursos como cozinheira. Tornou-se uma cozinheira requisitada entre as casas dos “barões” de Macapá. No início trabalhou em restaurantes na orla, em casas de família. Nunca mais lhe deixaram ver sua filha. Os tios sumiram e ela não soube notícias da família. Casou-se. Teve o segundo filho. E então o marido começou a lhe agredir. Ela separou-se do marido. Este passou a assediá-la, pedindo perdão e jurando ter se tornado um outro homem. Ela voltou para ele e, tão logo engravidou do terceiro filho, recomeçou a dor, a agressão, o espancamento. De uma vez por todas largou o marido. Seus pais vieram a Macapá lhe implorar perdão. No porto de Santana, ao descer do barco, seu pai já chorava.

Passaram-se anos, ela se casou de novo e engravidou do quarto filho, Paulinho. Vive há mais de nove anos com o marido, que trabalha em um atacado da cidade. Mas as inscrições de violência permaneciam marcadas em Vitória. E, há quatro anos, uma mãe sem a filha, com a dor de uma maternidade que lhe abortaram, expulsa de casa, sem dinheiro, humilhada pela família, retorna a Santarém, no Pará, em busca da maternidade que lhe pertence. Ouviu dizer que a filha estava nesta cidade. “Era uma tarde assim como hoje. Era numa ladeira. Aí eu cheguei lá e perguntei e eles disseram ‘não, eles não moram mais aqui...’”. Ela não desanimou, perguntou para toda a vizinhança do bairro, e então lhe disseram que a casa era ali próxima. “E eu fui lá! Quando eu dobro eu vi a casa. E aí o meu coração (faz sinal de que ele disparou e sorri). Eu pensei ‘Meu Deus, o que ela vai fazer?’”. Em narrativa envolvente, mas repleta de consternação, que ainda hoje lhe toma, ela continua, frisando mais uma vez a trama dramática de sua vida: “Aí eu fiquei lá esperando e era umas seis e meia ela chegou. Chegou um carro ela, o pai dela, a mãe dela tudinho (os pais adotivos). Aí quando a titia me viu ela disse ‘Oi... olha quem tá aqui...’. Aí eu tomei a bênção dela, né... abracei, e aí a Cristiane (nome que deram à filha de Vitória) disse assim: ‘Quem é mamãe?’ (numa voz fininha)?”, Vitória respira, e solta o texto mais aguardado do roteiro de sua

vida: “Aí a minha tia disse: ‘Pegue ela... é a tua mãe’. Quando ela disse ‘é a tua mãe’ ela (Cristiane) começou a chorar e eu comecei a chorar também. Ela chorava e pegava assim em mim (passava a mão no rosto). A tia escondeu primeiro. Mas depois ela descobriu. E ela sempre dizia que o sonho dela era conhecer a mãe dela. Só que eles sempre diziam que não sabiam onde eu tava nem o meu endereço. Mas na verdade eles sabiam”, conta.

Vitória reitera intensas formas de subjetivação, no sentido de lutar por sonhos e desejos e de resistir às intempéries. São sonhos de mãe e filha em se conhecer, se abraçar, se beijar, se afagar. Um sonho do que lhe foi um direito negado. O carinho é o gesto máximo de resistência frente a uma violência que lhe impuseram. Vitória sorri ao longo da narrativa, já acostumada com a dor. São as “formas de vida”, conceito que Das (2011) toma emprestado de Wittgenstein, num sentido de uma teoria de atuação para sobreviver à dor, ao desgosto, à aflição. A resistência para Das é de aguentar o que lhe é imposto, de uma condição de “enfrentamento”.

Depois de encontrar a filha, Vitória reformou toda a sua casa na baixada Perpétuo Socorro. “Aterrei tudinho. Era tudo lago, eu coloquei terra, arrumei tudo. Fiz até um pátio na minha casa”. Ela guardou dinheiro, pediu outro tanto emprestado, parcelou o restante. Tudo para receber a visita da filha e para ser a sede da célula de sua igreja evangélica. Alguns dias depois que a casa ficou pronta, o fogo levou tudo que foi feito. “Um dia eu chorei tanto lá (no abrigo), por causa da minha casa... eu fui trabalhar e a Clarice (amiga que mora com a família de Vitória. Na época do incêndio ela estava grávida) ficou lá no abrigo com os meninos. Aí quando eu cheguei, eles falaram que a gente tinha que procurar kitnet”. A narrativa de Vitória, a partir da lembrança viva e movediça da memória, traz o que Das (2011), refletindo por intermédio de Lacan, batiza de criminalidade da ordem social. No sentido de a violência estar presente no cotidiano (DAS, 1995, 2011), ou seja, é permanente, e Vitória já a vive calada – até o momento em que a linguagem do corpo fala – que a remete a um sentimento de inferioridade. “Aí nós rodemo até umas 8 horas da noite eu

e meu marido. Depois eu cheguei tão cansada, nós tomemo um banho (no abrigo), e não tinha mais janta. E tinha uns guardas que ficavam lá. Aí a gente foi atrás de comida lá e eles barraram nós. Aí eu disse que eu tinha saído e o cara disse ‘eu não quero saber, a lei agora é não sair. Agora a senhora não pode sair!’”, disse. Vitória revive a dor de não ter mais lar, a humilhação, a aflição da falta de consideração: “Eu chorei tanto nesse dia, eu chorei tanto... [...] Aí eles perguntaram se eu queria um copo de leite... eu fiquei tão triste nesse dia, sabe... eu chorei muito mesmo! E eu disse: ‘Eu sou pobre sim, mas eu chegava em casa e eu tinha as minhas coisas. Eu nunca passei por essa humilhação como eu tô passando agora’”. O discurso emitido pela voz e pelo corpo de Vitória trazem práticas de dores crônicas, de lembrar para poder esquecer. Ou, de lembrar para recuperar sua dignidade: “Quando foi no domingo a gente passou o diiiiia sem comer (diz rindo), não foi Clarice? (Clarice concorda com um sorriso triste). Pobre quando acontece essas coisas fica sem nada né! A gente não tinha nada... nem dinheiro. E a gente ficou esperando pela comida, e a prefeitura atrasou. Foi umas 4 h da tarde quando trouxeram uma marmita lá pra gente. Aí de madrugada ela (Clarice) me diz... ‘Vitória, Vitória, já tá me dando as dor’...”, e, além de tudo, chegava a hora de Clarice parir “Foguinho”, um menino simpático e alegre, chamado assim por seus amigos e familiares, por motivos óbvios.

Quando se pensa que terminaram as violências constantes na vida de Vitória, ela relata o modo como é tratada ao visitar o irmão na penitenciária do Pará, frisa as agressões sofridas pelo irmão como apenado e em como se sentiu humilhada quando seus padrões lhe disseram que ela estava “trazendo maldição para dentro de casa”, porque “tudo de ruim acontece com ela”. A sina de Vitória é longa, mas, nestas narrativas que urram por socorro, pela transcendência à dor e à busca pela dignidade, os discursos buscam reconstruir práticas de vida, de identidades e de memórias. Vitória se assenta no cerne do espaço de sofrimento social de sua família. Como narradora, ao descrever sua história selecionada, sugere uma perspectiva para direcioná-la. Uma esperança.

A perspectiva de Vitória é de transcendência à dor e humilhação. As narrativas de Vitória são uma catarse. Narrar-se é prática para renascer.

Um pedacinho do céu? Produzindo outras subjetividades

Na reconfiguração do cotidiano e das práticas sociais e subjetivas, estas mulheres, que produzem agenciamentos e subjetividades, compõem um novo modo de fazer, de viver, de existir, sob o rege do Maestro Oscar Santos. E, no Bairro Ipê, longe de seus pertencimentos, criam uma micropolítica de apropriação do espaço e um modo de investimento em si mesmas.

“Aqui, agora é um pedacinho do céu”, disse Maria. “Quando que no meio daquele lago eu ia ter a minha horta”?, “Ah, no início eu gostava daqui, mas aqui é tudo longe”, diz desanimada Fernandes, cabelo desgrenhado e agora completamente grisalho, tomando café na sala mormacenta, sob o sol forte que entra pela porta. “Aqui ó, nós estamos no chão. Aqui, no futuro vai ser tudo prédio, nós estamos seguros”, diz dona Maria de Jesus. “Ah, eu espero no futuro fazer um puxadinho, aumentar minha casa pra receber a célula da igreja”, deseja Vitória. A apropriação micropolítica do espaço no conjunto habitacional tem a ver com práticas familiares e de fé, que condicionam a consolidação de existência.

O conjunto habitacional Mestre Oscar Santos localiza-se no Bairro Ipê, na Zona Norte de Macapá, na AP-70, que liga o Centro à Rodovia do Curiaú, uma área quilombola e de proteção ambiental. Há 528 casas no Oscar Santos. Todas seguem um padrão, com arquitetura e três tipos de cores que se repetem. As ruas e alamedas têm nomes de músicas e partituras estão espalhadas pelo lugar, nas esquinas e até pintadas no asfalto das ruas e alamedas. O bairro é repleto de pequenos comércios, embora perto do conjunto ainda exista escassez de serviços de higiene e alimentação. No entanto, a proximidade dos equipamentos que davam assistência às pessoas na Baixada Perpétuo Socorro não se compara a deste novo lugar de moradia. Lá, ao sair da

área de moradia das palafitas, ao atravessar a rua, já se visualizava escolas, supermercados, pequenos mercantis e padarias. Agora, no conjunto habitacional, às vezes é preciso caminhar alguns quilômetros ou pegar um ônibus. E assim começam as mudanças de práticas sociais dos moradores.

A distância; a necessidade de pegar ônibus para ir à escola, trabalhar, fazer um bico; a formalidade de pagar água e luz, contra a informalidade destes serviços obtidos, na maioria das casas da baixada, por meio de ilegalidades; casas no chão, longe do lago com forte odor; porém, casa pequena, de um piso, contra casas grandes e de dois pisos da baixada; falta de dinheiro para recomeçar a vida, mesmo tendo recebido a casa e uma ajuda financeira do governo; entre outras mudanças, são as novas práticas cotidianas mais visíveis. Há outras, como o campo de futebol, o centro comunitário, os bares internos – que algumas pessoas abriram na frente de sua casa, e a prática de comprar um pão quentinho – quando o “homem do pão” passa de carro vendendo pão e pregando a palavra de Deus, como se fosse um apóstolo que traz esperança aos moradores.

Na casa nova fervem baladas que endoidariam mestre Oscar Santos, no sacolejar do brega tradicional, do *tecnomelody*, nas variantes mais contemporâneas de brega que se consiga inventar. O cotidiano é todo dia igual, pra não citar aquela música, de quem acorda cedo, prepara o café, beija na boca, sai pra trabalhar (Cf. BUARQUE, 1971). Alguns passam o dia fora, outros no conjunto, cuidando da casa ou “dos seus”. Nossas interlocutoras mais velhas, Maria de Jesus e Fernandes, ficam em casa e cuidam dos netos, vez ou outra. Vitória e Maria dividem-se entre casa e filhos, e seus trabalhos e os filhos dos outros. À tardinha todos voltam cansados, e querem comida, amor e paz. No fim de semana as festas, entre agenciamentos femininos e masculinos, são animadas por músicas altas, equipamentos potentes de som, churrasco, cerveja e comidas típicas do Amapá. Claro que, no conjunto, muito mais comedidos do que na baixada. “Lá era uma loucura, final de semana de festa, excesso, todo mundo louco”, diz Maria, rindo. Já Maria de Jesus reitera: “É,

mas aqui já falaram pra gente que, como o nome diz, é um ‘conjunto habitacional’, então tem que respeitar o outro, nada de som muito alto, senão a polícia aparece”, diz. O fim de semana é movimentado porque ninguém sai do conjunto, todos ficam para “reparar suas casas da bandidagem”. O conjunto habitacional é praticado por trabalhadores precarizados, alguns assalariados, outros não; muitos vivem de bicos, outros trabalham em serviços gerais, são pedreiros, carpinteiros, empregadas domésticas, agentes de saúde, professores, garçons, manicures, lavadeiras, cozinheiras, diaristas, técnicos de enfermagem, aposentados. É um espaço pulsante de pessoas que tecem sua própria vida em um tempo social. Vida e obra. Partitura.

Há no conjunto habitacional práticas de agenciamentos de cuidado de si que giram em torno de táticas (cf. DE CERTEAU, 2014) frente ao governo e aos “ricos”, cujo agenciamento de resistência se refere a comportamentos, atitudes, boicotes. Exemplos destas atitudes são a não adesão a determinados candidatos, se estes não auxiliam nas necessidades dos moradores; ameaças de “fazer escândalo” em visitas de políticos importantes ao Estado; boicotes em relação à distância física da localização da igreja católica, aderindo, como modo de investimento, à igreja evangélica; participando de cultos dentro do conjunto e pregações no centro comunitário. Também há as táticas de “brabeza” frente ao outro, que acusa moradores da área da “queimada” de “malacos”, e “arruaceiros”, direcionando aos moradores da Baixada Perpétuo Socorro rótulos e alcunhas que os fazem usar um discurso mais ácido para mostrar aos demais moradores a sua honestidade.

Residir no conjunto Oscar Santos é ordenar uma prática do espaço-tempo com inovações nas “maneiras de morar” (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2013), em criatividade mil que dão o tom das práticas de espaço dentro de casa, numa combinação para a disposição dos móveis na nova-apertada casa e na inventividade em arrumar espaço para todos da família dormirem da maneira mais confortável possível, mesmo que isso envolva a tessitura de redes espalhadas pelos cômodos da casa.

Novos acordes são dedilhados nas formas de subjetivação de cada um e cada uma, em práticas de imaginação: um dó maior para introduzir a vida cotidiana e um intérprete que imagine o futuro promissor para o lugar praticado. Quem vive, produz subjetividades no lugar, compõe o ir e vir, os pensamentos positivos para o momento vivido, as esperanças de um lugar promissor no futuro. Conduzem expectativas de um conjunto inserido na globalização, tecnologia, nas modernas engenharias em prédios e acessórios para suas casas; já em constante prática de ocupação e remanejamento de puxadinhos, portões, construções de calçadas, instalações de grades. Como argumenta Vitória: “Eu penso que aqui no futuro vai melhorar. Hoje não tem nada, mas em alguns anos aqui vai se tornar um bairro onde tenha tudo”. “Ter tudo” significa não viver na ansiedade de sentir-se longe da vida pulsante da cidade.

Desta forma, a comunidade do Oscar Santos quer estar inserida e ser aceita em Macapá e em suas áreas centrais, tendo pleno direito à cidade. Agora o foco da letra da canção alternativa que os moradores do Mestre Oscar impetram, de enfrentamento e de resistência, são exigências de postos de saúde, postos policiais e escolas mais perto ou dentro do conjunto. A padaria está no rol daquelas canções de brega que falam de amor. Há uma carência de padarias, uma prática saudosa do café da tarde vivida por muitos moradores por mais de vinte anos. Logo, na presente morada, há expectativas e desejos como esse, na ordem da subjetividade. Nesta ordem também estão possibilidades de futuro, de não sentir mais abandono e sofrimento social. Para muitos, este é o lugar do futuro; para outros, parece ser um lugar de passagem: “Aqui não tem nada. Não quero muito papo aqui. Preciso educar minha filha e minhas netas. Preciso murar a casa. Fiz a besteira de comprar um rack em vez de murar a casa. Quero uma televisão dessas finas (LCD), mas se não mudar a casa (gradear para a segurança) amanheço sem a televisão”, diz Fernandes, fatalista, em discurso de palavras e gestos. Ela, um dia, almeja ir embora dali; mesmo sem ter muita esperança sobre esse desejo. Viver no “Mestre Oscar”,

como os “chegados” discorrem, é penetrar em um enredo de sentidos constituídos, de resistência cultural, social e econômica frente às imposições da ordem social que destroça partituras alternativas, contamina ritmos, letras e passos de danças. Aliás, o cotidiano no “Mestre Oscar” é a resistência de colocar no som um brega pra abafar a MPA (Música Popular Amapaense), cujas canções deste estilo dão denominação às alamedas do conjunto.

Nas práticas cotidianas das interlocutoras, como se fossem canções, a vida seria um brega, que toma espaço como ação micropolítica (SÁ, 2009, 2010), depois de uma sucessão de violências ao longo da vida. Maria, depois de uma trajetória de vinte anos no bairro Perpétuo Socorro, agora cuida da casa, lava, limpa. Às vezes ajuda vizinhos com dicas de saúde. Transmite afeto ao filho e à neta ainda crianças, tem um filho que voltou para casa ao sair do presídio, um marido que quer a reabilitação. “Aceitou Jesus”, trocou “o inferno pelo céu” e, “fora a distância para o Centro e as facilidades com comércio, aqui é um pedacinho do céu”, entoa Maria, em práticas gestuais de abrir e fechar os braços no quintal de sua casa. Maria queima lixo em frente à residência, planta legumes e verduras na parte de trás de casa. Há até uma plantação de melancia. “Já estão nascendo aqui! Ali, começaram a crescer. Todo dia cuido para molhar bem. Quando na baixada eu ia ter uma plantação? Aqui é um pedacinho do céu. Eu amo esta minha casa, cuido dela, limpo ela e vivo para minha família”. E continua: “A Maçã (apelido da neta) sempre quis ter uma piscina! Agora ela tem! Lá na baixada era só piscina natural né, toda suja, só esgoto (risos)! Agora ela é tão feliz com essa piscininha”. Todos os dias, às 19h, Maria pega Decinho e Adriane, a Maçã, e vai até a igreja Universal mais próxima do bairro. Lá, vibra em suas práticas de fé, adoração a Deus e salvação de si própria, como todas as outras interlocutoras.

O sonho da outra Maria, a de Jesus, é ter seu próprio quarto, que agora divide com a neta de 18 anos. “Ah, quero ouvir os meus hinos evangélicos. Sinto muita falta disso”, confessa. Estas, ao que tudo indica, são práticas cotidianas do espaço habitado, e do que Jesus pretende voltar a praticar. Ela

concentra seus sonhos, vontades e desejos nas práticas subjetivas de ter seu próprio quarto para que enfim possa “morrer feliz”, num sujeito que se agencia cheio de ações de vontade, afrontando um mundo de gentrificação e segregação, que ela se recusa a achar que é vítima. Vitória, ao ser perguntada sobre seu maior sonho, demonstra a força das formas de violências difusas (DAS, 1999; BARREIRA, 2008) de que foi vítima: “Como assim, sonho?”, mais tarde ela diz: “Ah, eu sonho.... eu desejo reformar minha casa para receber aqui uma célula, em nome do Senhor Jesus!”. E, como as demais, Fernandes também tem no aprendizado espiritual a delimitação de seu modo de investimento (FOUCAULT, 1984), quando diz: “Tudo que eu peço pra Ele, Ele me dá. Se Ele me tirou de lá é porque ele tem um lugar melhor pra mim. Onde me botarem eu tô satisfeita... Eu só quero que ele me permita acordar de manhã pra estender a minha roupa que eu gosto! Estender a roupa com as minhas pernas no chão! Só isso”. Deus é seu porto seguro, mesmo sem ser “daquelas evangélicas fervorosas, que vivem na igreja”.

O testemunho, como sugere Veena Das (1999), é a forma que Vitória, Maria, Fernandes e Maria de Jesus têm para praticar o luto e o “esquecimento” do sofrimento. O testemunho é basilar para a construção e a produção de outro cotidiano, reconfigurado, onde esperam a cicatrização das dores, esperam a agência do tempo (DAS, 2011) para apaziguar sensações e sentimentos e para reparar relações. Ao contrário de DAS (1995), aqui elas reparam distanciamentos e relações sociais. Enfrentam e resistem às intempéries do mundo – tal como orquestra sinfônica – e mediante coragem, experiência e testemunho, por meio de práticas gestuais, de ações e discursos, em rodas de conversas nas casas e nas ruas do conjunto, procuram resgatar dignidade e honra. Valor este que sentem ter lhes sido arrancado à unha pelo sistema, instituições, governo, sociedade. A maior resistência delas é não permitir que aconteça aos filhos o que lhes aconteceu, a eles não caberá violência cotidiana e distanciamento social em canto nenhum, muito menos nos espaços de moradia.

O incêndio gerou experiência de dor e humilhação, faz com que um cotidiano coletivo precise ser reconstruído, criando novas experiências, principalmente as subjetivas, que estão emaranhadas num contexto de relacionamentos com filhos, maridos, netos, vizinhos, amigos, governo e Deus. Humilhações foram testemunhadas em abrigos após o incêndio, lutas foram travadas com governo estadual e municipal para a agilização do aluguel social, para a entrega das casas, posteriormente para a doação das habitações – que inicialmente, por um erro, estavam sendo cobradas dos moradores afetados pela tragédia. Foram sofrimentos de saudade do lugar pertencido, sofrimento social de sentir-se indigno. “Eu não sei no futuro, mas hoje eu não ainda não sou feliz aqui. Dentro de mim eu ainda não tô feliz”, diz Diomira, nora de Maria de Jesus. “Aqui minha casa é bem melhor, mas eu ainda preferia lá. Aqui parece que me falta dignidade”. Dignidade, respeito, honra. Que lhes foi “enxotado” no período pós-incêndio.

A reinvenção desta nova morada perpassa fundamentalmente por experiências e testemunhos ressignificados em práticas de si. No sujeito que se reinventa e recorre à identificação com entidades que o capacitam a imaginar outras configurações para sua pessoa. E esta principal prática se dá em encontrar a paz em Deus, como forma de delimitação dos modos de investimento das formas de subjetivação (GOLDMAN, 1999) das agentes em trânsito; desvendando na vida espiritual sua prosperidade, sua noção de pessoa, seus apegos, bravuras e modos de vida. Elas se consolidam em agentes que experienciam, se produzem enquanto sujeitos na igreja, nos cânticos que alegam alma, na escuta atenta da palavra do Senhor e também na do pastor, acomodando o pensamento de acordo com a igreja. Ali elas pranteiam e consentem suas consternações, aflições, sofrimentos. “No meio dos louvores Deus habita/ É seu prazer cumprir o que nos diz/ Então é só cantar e a Cristo exaltar/ E sua glória encherá este lugar” (GRUPO ÁGUAS, 1984).

Nas práticas de louvar a Deus elas se sentem fortalecidas para as práticas cotidianas de limpar a casa, fazer compras, pegar ônibus, enfrentar o

mercado de trabalho, instruir os filhos a lutar contra as intempéries da vida, nas operações e nos usos da casa, na relação com os parceiros, em encontrar a calma para os “aperreios” financeiros de chegar no meio do mês e não ter mais dinheiro. “A gente vive aperreado. Às vezes no meio do mês tenho que pedir comida na casa de meus patrões”, sussurra, triste, Vitória. Mesmo assim, para ela, sua vida é uma vitória. “Eu já passei por poucas e boas e eu sobrevivi”, diz.

Das conversas com Deus – nem sempre na igreja – tiram forças para a violência da vida, os sofrimentos sentidos. Dali, daquela conversa, aprendem, com Deus – e com as inculcações do Pastor – a vigiar a própria vida, a existir para a família e os afazeres domésticos e do trabalho, a oferecer ofícios para a comunidade e acudir os vizinhos e a suprir necessidades básicas e de saúde. De Deus tiram forças para ser mulher ideal, mãe ideal, impulsionadas pela ordem social e pentecostal da atualidade. No conjunto habitacional, o número de católicos ultrapassa em pouco o número de evangélicos, contudo, os católicos não são praticantes “porque não tem igreja perto”. Já as igrejas evangélicas pelo bairro são muitas e voltam suas práticas de discurso para o sofrimento alheio, abrigando sujeitos marginalizados (MACHADO, 2014) ou classificados como vulneráveis, alcançando intensas performances religiosas e estimulando práticas, como a realização de cultos no centro comunitário ou na casa de alguns fiéis dentro do “Mestre Oscar”.

No conjunto habitacional, este ambiente religioso, designadamente o evangélico, é espaço de agenciamento feminino. Nas redes de relacionamento familiar, o marido muitas vezes é católico não praticante, ou não tem religião definida. E as mulheres aderem a esta prática de frequentar igrejas pentecostais e neopentecostais, em função de buscar uma amenização para o sofrimento social. Normalmente, elas levam os filhos menores para junto de si, nestas práticas de louvação a Deus. As pessoas delas, enquanto agentes, se formam neste lugar, escolhendo para si uma moralidade (GOLDMAN, 1999) e uma configuração de ser bem-aventurada cuidando de si (FOUCAULT, 2010). Aperfeiçoar-se enquanto pessoa está diretamente vinculado às escolhas

inseridas para fazer parte da identidade deste sujeito de agenciamentos, como mulheres, mães, trabalhadoras, fiéis, amigas e vizinhas. E este agenciamento identitário é construído com base na ordem social e política vigente pela maioria; questões estas incorporadas nas redes de relacionamentos como valores culturais e sociais. A igreja se sanciona num ambiente de pertencimentos para Maria, Vitória, Maria de Jesus e também para Fernandes devido a consolidar-se como um lugar de prática de afetos.

Inserida na prática de afetos reinventa-se a subjetividade construída na Baixada Perpétuo Socorro, no sentido de dignidade, felicidade e plenitude, que se atrela ao que elas pensam como noção de pessoa, de tornar-se mulher, mãe, evangélica, e de ter uma trajetória que até então era respeitada dentro do seu lugar de moradia e sentimento de direito à cidade, ratificado, na baixada, no direito ao “centro da cidade”, que ainda é o lugar de prestígio presente no imaginário do amapaense.

Para elas, no conjunto habitacional, resistir e transgredir a ordem imposta não pela religião, mas sim pelo governo e pela alteridade, que figura no imaginário delas como “ricos”, faz parte da reconstrução do cotidiano como forma de recuperar a honra. Morar no conjunto habitacional é um gesto de luto na procura pela dignidade (DAS, 2011) confirmada no reconhecimento (HONNETH, 2007), na consideração que adotam corpo na justiça para com os moradores que vivenciaram o incêndio. Notar-se digno é ter posse de esperança, ter perspectivas morais, éticas, que brotam na impressão de valorização, de afeição; de sentir-se acolhido e respeitado pela alteridade.

Ser respeitado e respeitada, para nossas interlocutoras, “é ser uma pessoa nesse mundo”. A indignidade lhes acarreta dor. Estas mulheres, figuras do agenciamento feminino no conjunto habitacional, derivam das configurações de violência que suportaram, das agonias, dos apegos; resultam das agências em distintas posições, de “vítimas”, “agressores”, “testemunhas”. Para elas, o tempo consolida relações. As relações em Maria, Maria de Jesus,

Vitória e Fernandes, são fundamentadas em zonas de afetos com sua rede familiar e Deus; e daí deriva uma prática de si (FOUCAULT, 2010), salvando aos outros e a si mesmas. Elas são o que as experiências fizeram delas. E o testemunho é a forma de resistir e colocar a agência do tempo (DAS, 2010) ao seu favor, no sentido de partilhar e recriar memórias subjetivas; por meio da maturação das trajetórias, marinando as dores advindas de violências difusas (DAS, 1999; BARREIRA, 2008).

Considerações finais

Ao longo do artigo, priorizamos a inscrição de várias falas representativas dos códigos de sentimento e pensamento das mulheres que foram nossas interlocutoras. Afinal, estamos lidando com vidas marcadas por uma série de exclusões relacionais. A dor e o sofrimento social, que lhes estão impetrados ao longo de suas trajetórias, encontraram as quatro mulheres no evento crítico do incêndio de suas casas. Isso gerou adoecimento e morte, mas também reflexões e novas perspectivas sobre o social. A tragédia as une, mas não antes de tê-las dilacerado. Sujeitos fissurados, mas que não perdem a capacidade de criar novos contextos. Elas vivenciaram humilhação pública e se subjetivaram como sujeitos na micropolítica de afetos; com a família e nos grupos de relações sociais, na fé em Deus e na resistência aos poderes coercitivos.

Nesta problematização da agência das mulheres, indo além das violências sofridas e das interpretações acerca dos próprios sofrimentos, toma corpo uma realidade sociocultural de abandono social e da sensação de indignidade que lhe acompanha. Formulados na linguagem de pessoas situadas nas camadas populares de uma população que vive em zonas de incerteza social. Elementos apreendidos pela experiência e pelas pessoas-personagens que se criam em práticas de si com o objetivo de transcender sentimentos de humilhação e vergonha social. A elaboração do discurso popular sobre o orgulho de existir, na luta em se conquistar algum orgulho de si, apesar das

adversidades, gira em torno da oscilação entre silenciar ou falar sobre as agruras e as esperanças de ser alguém.

O ingresso na nova morada reconfigurou outra prática silenciosa, ainda não dita neste texto, o que pretendemos discutir em outra ocasião. A resistência cotidiana lhes envolve em ações de práticas subjetivas de paciência, num trabalho diário de reparação da violência sofrida. Uma difícil e árdua tarefa de sublimação. Prática esta evidenciada na família, em rodas de conversas, em práticas em que a linguagem do corpo fala – no ganho de peso, nas dores de cabeça, nos diagnósticos de depressão e ansiedade –, nas práticas caseiras no espaço privado, nas práticas de cuidar de si e dos filhos, e na prática da religiosidade. A experiência do sagrado, para elas, parece uma terapêutica importante para contornar o sofrimento social, devolvendo-lhes capacidades agentivas. Mediante práticas culturais religiosas, na leitura bíblica, as interlocutoras encontram sentido para situações que envolvem as suas representações e seus processos significantes, de um lado, mas também suas afecções e sensibilidades morais, de outro. É por intermédio destas práticas agenciadas que elas relatam e revivem histórias de violências e se constroem como sujeitos, reconfigurando o cotidiano e entrelaçando experiências ambivalentes e paradoxais.

A agência das mulheres funciona entre memórias, crenças e desejos, numa busca pela reconfiguração do presente, num trabalho de elaboração das perdas, de agenciamento dos fluxos cotidianos experienciados e testemunhados, que envolvem a prática do olhar sobre si mesma, num espaço e num tempo que parece fugir ao controle do que é socialmente humano.

Bibliografia

BANDA LOUVOR E GLÓRIA. *Hoje é tempo de louvar a Deus*. In: ÁGUAS, Grupo. Rio de Janeiro: s/gravadora, 1984.

BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Fortaleza: Edições UFC: Funcap: CNPq-Pronex: Campinas: Pontes Ed., 2008.

BARREIRA, Irllys. Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, p.255-266, maio/agosto, 2010.

BIEHL, João. *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. Berkeley: University of California Press, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27 (79), p.133-144, 2013.

_____. (org.). *A miséria do mundo*, 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CANTO, Fernando. Pedra Negra. In: Grupo Pilão. *Na maré dos tempos*. S/ Gravadora. Macapá, 1975.

CAVALCANTE, Amadeu. *Sentinela Nortente*. Sentinela Nortente. Belém, 1989.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

_____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n.37, julho-dezembro de 2011, p.9-41.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *RBCS*. Vol.14, n.40, junho de 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2014.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 3ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRÚGOLI Jr., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.48, n.1, 2005.

GODELIER, Maurice. *Anthropologie sociale et histoire locale. Gradhiva*, 20, p.83-94, 1993.

GOLDMAN, Marcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da política, 1999.

GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (orgs.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HERZFELD, Michael. *Anthropology Through the Looking-Glass: Critical Ethnography in Margins of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. *The Poetics of Manhood: Contest and Identity in a Cretan Mountain Village*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

HOLANDA, Chico Buarque de. Cotidiano. In: *Cotidiano*. Música e álbum. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1971.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé *et al. Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo: Anablume, 2007.

INGOLD; Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Revista Horizontes Antropológicos*. Vol.18, n.37. Porto Alegre: Jan-Jun de 2012.

JUNIOR, Osmar. Igarapé das mulheres. Música. In: *Revoada*. Álbum. Macapá: s/gravadora. 1992.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARQUES, Roberto. Quem "se garante" no forró eletrônico? - Produzindo diferenças em contextos de fronteira e ebulição social. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 347-383, Dec., 2014.

MIGUEL, Zé; GOMES, Joãozinho. Pérola Azulada. In: *Trilogia Bar do Parque*. Intérpretes: Nilson Chaves e Marco Monteiro. Gravadora Nilson Chaves. Belém, 2014.

NANDES, Beбето. Minha Cidade. In: *Especial Música Popular do Amapá*. Macapá, 2005.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento Micropolítico. In: MENDONÇA FILHO *et al.* *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa* [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232-0624-6.

_____. *Guerra, mundão e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Sociologia. – PPGS. Fortaleza: 2010.

Palavras-**Chave:**

Agência das
mulheres;
Testemunho;
Experiência;
Moradia
popular;
Sofrimento
Social.

Resumo: Este artigo descreve e analisa, numa perspectiva etnobiográfica, a situação social de mulheres moradoras do bairro Perpétuo Socorro, em Macapá, após um incêndio de proporções trágicas que destruiu suas casas, vidas e laços sociais. A partir deste evento crítico, ocorrido em outubro de 2013, a pesquisa deteve-se nos percursos das mulheres em busca da reconstrução do cotidiano e dos sentidos de vida que foram impactados pela tragédia. O texto propõe uma reflexão sobre as práticas socioculturais e condições existenciais imbricadas na reconfiguração do cotidiano de quatro mulheres que vivenciaram violências difusas ao longo da vida. E discute o modo como os sujeitos foram redimensionados no contexto da perda e da ressignificação da realidade social por meio dos relatos das mulheres, obtidos em campo pela escuta socioanalítica de falas e silêncios.

Keywords:

Women's
Agency;
Testimony;
Experience;
Popular
Housing; Social
Suffering.

ABSTRACT: This article describes and analyzes, through an ethnobiographic perspective, the social situation of four women living in Macapá's Perpétuo Socorro neighborhood after a fire of tragic proportions destroyed their homes, lives, and social ties. This research focused on how they tried to reestablish their everyday living and other aspects of their lives impacted by the catastrophic event that occurred in October 2013. The text presents an analysis of the existential conditions and sociocultural practices carried while these individuals, who experienced extensive violence throughout their lives, attempted to reestablish their daily routine. It also examines the way in which these women were reassessed through the framework of their losses and the redefining of their social reality through their own oral reports obtained in the field by socio-analytic listening of what was said and what was not.

Recebido para publicação abril/2017

Aceito para publicação em julho/2017